



Número: **0000877-75.2019.8.17.3250**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe**

Última distribuição : **12/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ADRIELE CORDEIRO DOS SANTOS (AUTOR)		RODRIGO EWERTON DE ARAUJO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (RÉU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
62312169	22/05/2020 09:22	2655343_PETICAO_DE_PROVAS_01	Petição em PDF



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE/PE

Processo: 00008777520198173250

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ADRIELE CORDEIRO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega que no dia **26.05.2019** o seu ente querido, o Sr. **MATTHEUS CLAYTON DA SILVA**, foi vítima fatal de acidente automobilístico.

Ocorre que, conforme já explanado na peça de bloqueio, a petição inicial apresentada pelo autor não está apta a gerar efeitos, vez que verifica-se a existência de documentos ilegíveis, sendo impossível verificar a existência de nexos causais entre o suposto acidente e a morte da vítima, devendo então a parte autora promover a comprovação do nexo causal suscitado com a devida apresentação dos documentos impugnados.

Ademais, também conforme já ventilado na defesa apresentada, a autora não comprova a qualidade de única beneficiária do falecido, não havendo nos autos prova contundente de que seja a única beneficiária.

Em análise a documentação colacionada aos autos, em especial a certidão de óbito, em nenhum momento o documento informa se a vítima deixou filhos ou não.

Deve-se verificar a possibilidade de existência de demais beneficiários da vítima, impedindo assim, que a Ré possa sofrer nova demanda em relação a mesma causa e pedido.

Assim, deve-se verificar quanto a real qualidade de únicas beneficiárias, para que no futuro a Ré, ou qualquer outra Sociedade Seguradora participante do “pool” do Convênio DPVAT, não seja compelida a efetuar outro pagamento a possível beneficiário que possa surgir.

Também é de suma importância esclarecer que **não há qualquer documento nos autos que comprove que a vítima teria falecido em decorrência do acidente de trânsito.**

Verifica-se apenas que a Autora juntou aos autos **TERMO DE DECLARAÇÃO, COMUNICADO PELA PRÓPRIA AUTORA, ANOS APÓS O ACIDENTE SUPOSTAMENTE OCORRIDO.**

Por óbvio que tal documento, **meramente informativo**, não pode ser acolhido como prova irrefutável da morte da vítima em virtude do acidente ali noticiado.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Ademais, verifica-se que na certidão de óbito, **não existe qualquer menção como a *causa mortis* sendo oriunda de acidente automobilístico!**

Desta forma, requer que a parte autora comprove aos autos a existência de nexo causal entre o suposto acidente e o falecimento da vítima, sob pena de improcedência da ação ante a ausência de nexo causal, conforme preceitua o artigo 485, I, da Lei Processual Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE, 21 de maio de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

